

Alimentos vendidos em escolas e no seu entorno: uma análise do acesso e da qualidade dos alimentos no ambiente escolar

Food sold in and around schools: analysis of access and quality of food in the school environment

Taane de Oliveira Aguirre, Daniela Paini, Carla Cristina Bauermann Brasil, Cariza Teixeira Bohrer, Vanessa Ramos Kirsten

Como citar este artigo:

AGUIRRE, TAANE O.; PAINI, DANIELA; BRASIL, CARLA C. B.; BOHRER, CARIZA T.; KIRSTEN, VANESSA R.; Alimentos vendidos em escolas e no seu entorno: uma análise do acesso e da qualidade dos alimentos no ambiente escolar. Revista Saúde (Sta. Maria). 2021; 47 (1).

Autor correspondente:

Nome: Taane de Oliveira Aguirre
E-mail: taaneaguirre@gmail.com
Telefone: (55) 996559312
Formação Profissional: Formada em Nutrição pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que fica em Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil.

Filiação Institucional: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Endereço para correspondência:
Rua: Finzinho de Assis n°: 442
Bairro: Seis de Maio
Cidade: Palmeira das Missões
Estado: Rio Grande do Sul
CEP: 98.300-000

Data de Submissão:
27/04/2020

Data de aceite:
10/05/2020

Conflito de Interesse: Não há conflito de interesse



RESUMO

OBJETIVO: Verificar a frequência e as características das cantinas escolares quanto ao tipo de alimento ofertado, venda informal de alimentos no âmbito escolar e de comércio de alimentos no entorno das escolas. **MÉTODOS:** Estudo descritivo de abordagem quantitativa. O instrumento de coleta utilizado foi adaptado do Manual das Cantinas Saudáveis (2010). **RESULTADOS:** Foram avaliadas 21 escolas (10 estaduais, 10 municipais e 1 particular) de um município do Rio Grande do Sul, RS. A presença de cantinas escolares foi de (33,3%, n=7) das escolas. Destas, 6 são em escolas estaduais e 1 em escola particular. A frequência do comércio informal nas escolas foi de (42,9 %, n=8). Das cantinas escolares avaliadas, os alimentos mais comercializados foram: Cachorro quente (100%), torrada (100%), refrigerante (85,7%), pizza (85,7%), salgados fritos (85,7%), bolo com cobertura (85,7%) e salgados assados (85,7%). No comércio informal os que obtiveram maior disponibilidade foram: Refrigerante (87,5%), salgados fritos (75%), bolo com cobertura (75%) e cachorro quente (62,5%). Foram identificados 17 comércios de alimentos no entorno das escolas e o minimercado foi o estabelecimento mais encontrado (52,9%, n=9). Os alunos têm permissão para sair da escola para comprar alimentos em período de aula em apenas 2 escolas (9,5%) e foi verificado que os alunos compram alimentos nestes comércios antes de iniciar e/ou ao final da aula (28,6 %, n=6). **CONCLUSÃO:** A presença de cantinas foi maior em escolas estaduais, majoritariamente os alimentos comercializados eram preparações com ingredientes ultraprocessados e alta presença de comércio de alimentos no entorno das escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Escolar; Hábitos Alimentares; Consumo de alimentos; Alimentação escolar.

ABSTRACT

OBJECTIVE: The objective was to verify the frequency and characteristics of school canteens as to the type of food offered, the informal sale of food in school and the food trade in schools **METHOD:** Descriptive study of a quantitative approach. The collection instrument used was a questionnaire adapted from the Manual of Healthy Canteens (2010). **RESULTS:** Twenty-one schools (10 state, 10 municipal and 1 private) were evaluated in municipality in Rio Grande do Sul, RS. The presence of school canteens was 33.3% (n=7) of the schools. Of these, 6 are in state schools and 1 in private schools. The frequency of informal commerce in schools was (42.9%, n=8). Of the school canteens evaluated, the most commercialized foods were: hot dog (100%), toast (100%), soda (85.7%), pizza (85.7%), fried salted (85.7%) covered cake (85.7%) and baked salted (85.7%). In the informal trade the ones that obtained the greatest availability were: Soda (87.5%), fried salted (75%), cake with cover (75%) and hot dog (62.5%). Seventeen food businesses were identified around schools and the mini-market was the most commonly found establishment (52.9%, n=9). Students are allowed to leave school to buy food in class in only 2 schools (9.5%) and it was verified that students buy food in these trades before starting and/or at the end of the class (28.6%, n=6). **CONCLUSION:** The presence of canteens was higher in state schools, the majority of the foods sold were preparations with ultra-processed ingredients and high presence of food trade around schools.

KEYWORDS: School Health; Food Habits; Food Consumption; School Feedin.

INTRODUÇÃO

As experiências alimentares incorporadas durante a infância são determinantes para a formação do paladar, como também, dos padrões alimentares adotados pelos indivíduos¹. O paladar é um elemento essencial na escolha dos alimentos, de modo geral, persuadir um indivíduo a optar por certo alimento, ou deixar de consumi-lo, é uma tarefa árdua e que nem sempre produz os resultados esperados².

O ambiente escolar por sua vez, é um importante aliado nesse quesito, pois permite o contato com novos alimentos, proporcionando assim novas experiências e possibilitando a criação de hábitos alimentares saudáveis¹. Pois, ao iniciar o convívio escolar sem a influência familiar, o indivíduo terá a oportunidade de experimentar outros alimentos e preparações, resultando em alterações nos seus hábitos alimentares a partir da influência dos grupos sociais e dos estímulos presentes no âmbito escolar. Desta forma, faz-se imprescindível o papel da escola na formulação de um padrão alimentar adequado².

Neste sentido, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) criado na década de 1950, consolida-se na área de segurança alimentar e nutricional como a política pública mais longínqua do país, reconhecido como um dos maiores e mais abrangentes programas na área de alimentação escolar do mundo³. Seus objetivos são, através da educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições nutricionalmente equilibradas, favorecer o rendimento escolar visando garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos.

Com a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, incentiva-se a agricultura familiar através da determinação de que, pelo menos 30% dos produtos alimentares comprados para alimentação escolar dos municípios sejam adquiridos junto a agricultores familiares locais, beneficiando não só a uma alimentação de melhor qualidade aos alunos, mas também os produtores da agricultura familiar⁴. Além dos alimentos oferecidos pela alimentação escolar, muitos escolares consomem alimentos por meio das cantinas escolares⁵. Presume-se que os alimentos disponíveis para compra nas escolas em sua maioria não são adequados, o que contraria a proposta da escola como ambiente saudável⁶.

Com isso, apesar da importância do tema e do estímulo contido em algumas diretrizes e políticas atuais voltadas para a área da alimentação e nutrição, as cantinas escolares e os serviços de alimentação escolar ainda necessitam de adequações, tornando-se locais que garantam o fornecimento de alimentos saudáveis. Inúmeros países estão construindo alternativas para o ambiente escolar, procurando intervir nos elevados números de casos de sobrepeso e obesidade infantil⁶. No Brasil, em 2010, o Ministério da Saúde propôs o Manual das Cantinas Escolares Saudáveis com o objetivo de promover e estimular as práticas saudáveis no âmbito escolar⁷. Além disso, atualmente diversos estados estão regulamentando legislações específicas sobre a comercialização de alimentos e bebidas no âmbito escolar. No Rio Grande do Sul são encontrados dispositivos legais para a capital⁸ e para o estado⁹.

Desta forma, os objetivos deste estudo foram verificar a frequência e as características das cantinas escolares

e identificar os tipos de alimentos ofertados nos estabelecimentos, como também a presença de venda informal de alimentos no âmbito escolar e de comércio de alimentos no entorno das escolas de um município do Rio Grande do Sul.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa realizado nas escolas de Palmeira das Missões, interior do estado do Rio Grande do Sul, no período de outubro de 2015 a outubro de 2016. O município possui 22 escolas da rede municipal, estadual e particular, localizadas nas áreas rurais e urbanas.

Foram convidadas a participar deste estudo as escolas em que os diretores ou responsáveis demonstraram interesse de participação voluntária na pesquisa. A amostra foi composta por 21 escolas, apenas 1 escola declinou do convite.

Foi realizado um contato prévio via telefone com os diretores ou responsáveis das escolas a fim de esclarecer o objetivo do estudo e, após confirmação de seu interesse, foi agendada uma data para posterior visita.

Os dados foram coletados através da aplicação in loco pelos pesquisadores de um questionário adaptado do Manual das Cantinas Escolares Saudáveis (2010) por meio de entrevista com o diretor ou responsável pela escola e, de forma observacional em relação aos alimentos e bebidas ofertados no âmbito escolar.

O questionário buscou apurar informações de três segmentos distintos, onde as questões da primeira seção indagavam a respeito das características destas instituições de ensino. Buscando identificar a qual rede de ensino cada uma pertencia, conseqüentemente sua zona pertencente. Em relação as cantinas escolares lhes foi questionado se a referida escola possuía este estabelecimento em suas instalações, como também qual o tipo de gestão responsável, tempo e horário de funcionamento. Quando este comércio não foi encontrado no âmbito escolar o motivo de sua ausência foi questionado. A segunda seção buscou dados a respeito do comércio informal de alimentos e bebidas nas escolas, tendo como foco identificar a presença ou não deste tipo de comércio dentro da área escolar. As questões abordaram temas relacionados ao motivo da existência deste comércio (Por quê), quem comercializa os alimentos, onde, qual sua frequência, turno e horário. A terceira seção procurou investigar a existência de comércio de alimentos no entorno das escolas. Onde apurou-se qual o tipo mais frequente de comércio existente, permissão para sair da escola para compra de alimentos em período de aula, percepção pelos diretores ou responsáveis pelas escolas da aquisição de alimentos pelos alunos nestes comércios antes de iniciar e/ou ao final da aula. Posteriormente a presença destes estabelecimentos nas imediações das escolas foi confirmado através de observação.

Para avaliar a oferta de alimentos e bebidas comercializados pelas cantinas escolares e comércio informal foi utilizada uma lista de verificação que contemplou 35 itens comumente disponíveis aos alunos para consumo durante o período escolar. O instrumento foi avaliado por meio de observação direta dos alimentos e bebidas comercializados,

utilizando aspectos dicotômicos (sim, não), sendo marcado com um "X" nas opções encontradas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o número da CAE 19984713.1.0000.5346.

Os dados foram tabulados no software office Excel 2000 e posteriormente analisados no software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 18.0. Os dados quantitativos foram descritos por média \pm desvio padrão e os categóricos por contagens e percentuais.

RESULTADO

Foram avaliadas 21 escolas (10 municipais, 10 estaduais e 1 particular). Destas, 13 escolas estão localizadas na área urbana e 8 escolas na área rural do município.

O número de escolas com a presença de cantinas escolares foi 7 (33,3 %). Sendo que, 6 são em escolas estaduais e 1 em escola particular, com tempo médio de funcionamento de $16\pm 6,6$ anos, a maioria funcionando somente no intervalo das aulas (57,1%, n=4) e com gestão terceirizada (71,4%, n=5).

Àquelas que não possuíam, apresentaram como razões: priorizar uma alimentação saudável por meio do PNAE (4 escolas); por ser proibido pela lei (3 escolas); por falta de espaço na escola (3 escolas); pela baixa renda dos alunos (2 escolas); a escola ser em período integral (1 escola) e por falta de tempo para administrar (1 escola).

A frequência do comércio informal foi encontrada em 8 escolas (42,9%), realizada em sua maioria por alunos (77,8%, n=7) com o objetivo de arrecadar verba para formaturas e viagens e em 2 escolas a pedido dos alunos. Em 4 escolas, o pátio era o local deste comércio (44,4%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Características gerais das cantinas escolares e do comércio informal das escolas de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul – RS, 2016 (n=21)

Variáveis	n	%
Cantina escolar		
Sim	7	33,3
Não	14	66,7
Horário de funcionamento		
Somente no intervalo	4	57,1
Turno inteiros	3	42,9
Tipo de cantina		
Autogestão	2	28,6
Terceirizada	5	71,4
Venda informal de alimentos		
Sim	8	38,09
Quem comercializa		
Alunos	7	77,8
Onde comercializa		
Pátio da escola	4	44,4

Fonte: Autores.

Foram identificados 17 comércios de alimentos no entorno das escolas e o minimercado foi o estabelecimento mais encontrado (52,9%, n=9). Foi verificado que os alunos compravam alimentos nestes comércios antes de iniciar e/ou ao final da aula (28,6 %, n=6), e 2 (9,5%) permitiam sair para comprar alimentos em período de aula. (Tabela 2).

Tabela 2 – Características do comércio de alimentos no entorno das escolas de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul – RS, 2016 (n=21).

Variáveis	n	%
Existência de comércio de alimentos no entorno da escola		
Sim	17	81,0
Não	4	19,0
Local de comércio de alimentos*		
Mercado	8	47,1
Minimercado	9	52,9
Lancheria	3	17,6
Padaria	2	11,8
Livraria	1	5,9

Fonte: Autores.

*Não fecha 100% pois algumas escolas poderiam ter mais de um local de comércio de alimentos em seu entorno.

Das cantinas escolares avaliadas, os alimentos mais comercializados foram preparados no local com algum

ingrediente ultraprocessado (cachorro quente (100%), torrada (100%), pizza (85,7%), salgados fritos (85,7%), bolo com cobertura (85,7%) e salgados assados (85,7%)), alimentos ultraprocessados (refrigerante (85,7%), sucos artificiais (71,4%), chocolates (71,4%), balas (71,4%)) e sanduíche natural (85,7%) (Tabela 3).

Tabela 3 – Lista de alimentos e bebidas ofertados nas cantinas escolares (n=7) das escolas de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul – RS, 2016 (n=21).

Alimentos	Sim n (%)
Cachorro quente	7 (100)
Torrada (Misto quente)	7 (100)
Balas	6 (85,7)
Bolo c/ cobertura	6 (85,7)
Chocolate	6 (85,7)
Pizza	6 (85,7)
Refrigerantes	6 (85,7)
Salgados fritos	6 (85,7)
Salgados assados	6 (85,7)
Sanduíche natural	6 (85,7)
Sucos artificiais	5 (71,4)
Achocolatado	4 (57,1)
Doces (quindim, brigadeiro)	4 (57,1)
Hambúrguer/xis	4 (57,1)
Bolo s/ cobertura	3 (42,9)
Goma de mascar	3 (42,9)
Paçoca/Rapadura	3 (42,9)
Picolé	3 (42,9)
Pirulito	3 (42,9)
Sorvete	3 (42,9)
Biscoito doce c/ recheio	2 (28,6)
Salada de fruta	2 (28,6)
Barrinha de cereal	1 (14,3)
Creps	1 (14,3)
Pão de queijo	1 (14,3)
Pipoca doce	1 (14,3)
Salgadinhos industrializados	1 (14,3)
Suco de fruta (polpa)	1 (14,3)
Suco natural de fruta <i>in natura</i>	1 (14,3)

Fonte: Autores.

Em relação aos alimentos ofertados no comércio informal os que obtiveram maior disponibilidade foram: Refrigerante (87,5%), salgados fritos (75%), bolo com cobertura (75%), cachorro quente (62,5%) e doces (50%) (Tabela 4). Apenas uma cantina tinha suco natural e nenhuma ofertava fruta *in natura*.

Tabela 4 – Lista de alimentos e bebidas ofertados no comércio informal (n=8) nas escolas de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul – RS, 2016 (n=21).

Alimentos	Sim n (%)
Refrigerante	7 (87,5)
Bolo c/ cobertura	6 (75)
Salgados fritos	6 (75)
Cachorro quente	5 (62,5)
Doces (quindim, brigadeiro)	4 (50)
Pizza	3 (37,5)
Torrada (Misto quente)	3 (37,5)
Balas	2 (25)
Bolo s/ cobertura	2 (25)
Chocolate	2 (25)
Hambúrguer/xis	2 (25)
Sucos artificiais	2 (25)
Achocolatado	1 (12,5)
Biscoito doce c/ recheio	1 (12,5)
Biscoito salgado	1 (12,5)
Goma de mascar	1 (12,5)
Macarrão instantâneo	1 (12,5)
Paçoca	1 (12,5)
Pirulito	1 (12,5)
Salada de fruta	1 (12,5)
Salgados assados	1 (12,5)
Salgadinhos industrializados	1 (12,5)
Sanduíche natural	1 (12,5)

Fonte: Autores.

DISCUSSÃO

A alimentação escolar caracteriza-se como todo o alimento disponibilizado na escola, durante o período letivo, independentemente de sua origem⁴. Sua oferta pode ser feita através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pelas cantinas escolares, como também pelo comércio informal de alimentos. As cantinas escolares vêm sendo estudadas por serem frequentes no âmbito escolar, e na maioria das vezes, expondo os alunos a uma variedade de alimentos considerados de baixo valor nutricional e inadequados à promoção da saúde na escola⁶.

Neste estudo foram avaliados os alimentos e bebidas disponíveis para compra nas escolas e em seu entorno e, constatou-se grande oferta de alimentos que não se adequam totalmente à legislação vigente do estado do Rio Grande do Sul quanto às restrições de comercialização de alimentos inadequados à promoção da saúde na escola¹⁰. Vale ressaltar que o presente estudo foi realizado antes da publicação do decreto do Rio Grande do Sul sobre o comércio de alimentos dentro das escolas, anteriormente haviam leis mais antigas¹⁰.

No presente estudo, a maioria das escolas que possuíam cantina escolar eram geridas por serviço terceirizado. Dados semelhantes foram encontrados por Giacomelli¹¹ em um município da região central do Estado do Rio Grande do Sul, onde constatou-se que 82,1% dos estabelecimentos eram terceirizados. Em relação à presença do nutricionista,

Wognski et al¹² identificou a ausência de profissional técnico nas escolas públicas avaliadas, corroborando com os achados em nossa pesquisa.

Esses motivos também foram descritos por Gabriel et al¹³ que avaliaram cantinas em escolas públicas de Florianópolis e encontrou 46,7% de escolas sem cantinas. Outro estudo que investigou a presença de cantinas em escolas privadas de Santa Catarina constatou 54,8% das escolas sem cantinas¹⁴. Provavelmente esses números se dão em virtude da legislação do estado de Santa Catarina ter acontecido previamente¹⁵. Da mesma maneira, o principal motivo da baixa prevalência de cantinas nas escolas, é a presença da alimentação ofertada pelo PNAE, associado à Lei de Regulamentação das Cantinas¹⁵.

Dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE)¹⁶ apontam que 54% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental frequentam escolas públicas com cantinas ou ponto alternativo de venda. Na rede privada, esse percentual atinge 92%, onde uma variedade de alimentos considerados pouco nutritivos e inadequados à promoção da saúde na escola é vendida. Contrário ao que é apresentado no Guia alimentar para a População Brasileira, que recomenda, na seção “Dez passos para uma alimentação adequada e saudável”, amplo consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e que os alimentos ultraprocessados devem ser evitados¹⁷.

Frutas ou outros alimentos in natura não foram encontrados em nenhuma escola, porém, destaca-se a extensa oferta de alimentos ultraprocessados nas cantinas avaliadas. Dados semelhantes foram encontrados em dois estudos distintos realizados em Curitiba^{12,18} apresentando ampla oferta de alimentos industrializados em praticamente metade das cantinas avaliadas. No entanto, a pesquisa de Wognski et al¹² encontrou alimentos como, frutas e alimentos in natura sendo comercializados com maior frequência na maioria das instituições de ensino. A disparidade dessas informações provavelmente tem relação com o perfil das cantinas analisadas, Wognski et al¹² analisou cantinas da capital do Paraná e o presente estudo se deu em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul com cantinas sem formato de serviços de alimentação.

Quando os resultados do presente estudo são comparados com dados nacionais (PeNSE)¹⁶ observa-se um padrão em relação aos alimentos que estão expostos por meio da venda na cantina da escola ou em suas proximidades. Na PeNSE 49,7% dos alunos, que estudam em escolas públicas onde há cantina ou ponto alternativo de venda, admitem a disponibilidade para comprar guloseimas (balas, doces, chocolates e outros), 58,5% para refrigerantes e 63,7% para salgadinhos industrializados. Na rede privada, esses percentuais são respectivamente, 62,3%, 70,6% e 60,0%. Esses dados vão ao encontro de outros estudos^{11,19} em que os alimentos encontrados com maior oferta nas cantinas escolares são produtos ultraprocessados²⁰. Provavelmente porque demandam pouco ou nenhum tempo de preparo e não são necessários aparelhos de cozinha para a sua manipulação, preparo e armazenamento.

Estudos realizados no estado de Santa Catarina^{13,14} observaram inexistência de salgados fritos e industrializados

e uma moderada oferta de alimentos ultraprocessados. Estes resultados são melhores do que os encontrados no estudo em questão, claramente influenciados pelo fato do município ser o primeiro a possuir legislação específica.

Estudos que avaliaram a existência de venda informal de alimentos dentro da área escolar^{13,11,21}, observaram a presença em 40,4%¹¹ e 52,3%²¹ das escolas avaliadas e relataram que esse tipo de comércio era realizado pelos alunos para arrecadação de fundos para formaturas (96,4%)¹³, esses dados divergem com a atual pesquisa, devido ao tamanho da amostra dos estudos em comparação.

Em contrapartida, foi encontrado comércio de alimentos no entorno de 10 escolas (47,6%), sendo que neles disponibilizavam alimentos ultraprocessados, normalmente prontos para o consumo²¹. Nosso estudo encontrou comércio de alimentos no entorno de 17 escolas (81%), a possível hipótese de maior prevalência em comparação aos dados das pesquisas acima é porque as escolas avaliadas encontram-se em um município pequeno e descentralizadas, onde é típico a presença de algum comércio nas proximidades.

O ambiente escolar, apresenta um local ideal para abordar alguns dos principais fatores que contribuem para a presença de comércio de alimentos ultraprocessados dentro das escolas. Ele também oferece uma variedade de oportunidades para envolver vários setores e partes interessadas capazes de suprir esse desafio²². Embora a legislação referente ao comércio de alimentos e bebidas nas escolas esteja sendo difundida no país, visando regulamentar os alimentos que deverão ser disponibilizados nas escolas, são limitados os estudos destinados a avaliar esse campo de estudo¹³.

No município avaliado não há uma legislação específica para o comércio de alimentos dentro da escola, desta forma levando em consideração que a maioria são escolas públicas que têm o Programa Nacional de Saúde Escolar (PNAE) e diante da atualização do decreto do Rio Grande do Sul para este tema sugere-se que as escolas discutam sobre essa temática no seu ambiente escolar, levando em consideração todos os atores pais, professores, funcionários e alunos.

Portanto, a elaboração de programas educativos é a melhor maneira de adaptar, de forma saudável, os hábitos alimentares dos estudantes e o cardápio da cantina escolar²³. Políticas públicas como Saúde na Escola e o Crescer Saudável podem articular atividades de educação em saúde voltadas a esse tema, assim como o engajamento de nutricionistas nos setores públicos.

E, ainda, por meio da educação nutricional sensibilizar os alunos a respeito de uma alimentação adequada²⁴. Além disso, evidências científicas apontam a eficiência das intervenções na escola para modificar a conduta alimentar e prevenir o sobrepeso e a obesidade²⁵. Por essa razão, ações em conjunto com os demais profissionais da comunidade escolar podem incentivar estratégias para ampliar as atividades de educação nutricional nas escolas visando a prática de hábitos alimentares saudáveis. Podendo também auxiliar na elaboração de políticas públicas, adequando assim a

alimentação dos escolares.

Compreende-se que o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis não é um processo imediato, demanda tempo e dedicação²⁶. Tendo isso em vista, o Ministério da Saúde publicou um documento gratuito que orienta as escolas e gestores que desejam transformar seus estabelecimentos em locais aptos à promoção da alimentação saudável. O Manual contém informações fundamentais sobre Alimentação e Nutrição e o modo progressivo de transformá-la em um ambiente que fomente práticas saborosas e saudáveis sem desconsiderar sua lucratividade⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o estado do Rio Grande do Sul possua legislação específica sobre a comercialização de lanches e de bebidas no âmbito escolar, os alimentos encontrados em maior oferta nas escolas avaliadas são considerados de baixo valor nutricional e inadequados à promoção da saúde na escola. Reforçando assim o papel das Secretarias da Educação em instruir e fiscalizar as escolas em relação a execução da lei. Simultaneamente com a colaboração insubstituível do nutricionista em orientar a respeito de opções adequadas para a comercialização nas cantinas escolares, priorizando assim a saúde dos estudantes.

Constatou-se que o comércio informal de alimentos é uma prática frequente nas escolas do município e observou-se grande frequência de estabelecimentos de venda de alimentos no entorno das escolas, em sua maioria, alimentos ultraprocessados.

Salienta-se que a existência da Lei não é suficiente para as redes de ensino adequarem-se e ressalta-se a importância da fiscalização das cantinas escolares para garantir o cumprimento da mesma.

REFERÊNCIAS

1. Li L, Sun N, Zhang L, Xu G, Liu J, Hu J, et al. Fast food consumption among young adolescents aged 12-15 years in 54 low- and middle-income countries. *Glob Health Action*, 2020;13(1):1795438.
2. Bawajeeh AO, Albar SA, Zhang H, Zulyniak MA, Evans CEL, Cade JE. Impact of Taste on Food Choices in Adolescence-Systematic Review and Meta-Analysis. *Nutrientes*, 2020;12(7):1985.
3. Ferreira DM, Barbosa RMS, Finizola NC, et al. Percepção dos agentes operacionais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Rev. Saude Publica*, 2019;53:34.

4. Brasil. Lei federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 17 jun. 2009.

5. Wattlez G, Frayon S, Cavaloc Y, Cherrier S, Lerrant Y, Galy O. Sugar-Sweetened Beverage Consumption and Associated Factors in School-Going Adolescents of New Caledonia. *Nutrients*. 2019;11(2):452.

6. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Experiências estaduais e municipais de regulamentação da comercialização de alimentos em escolas no Brasil: identificação e sistematização do processo de construção e dispositivos legais adotados. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde; 2007. p.72.

7. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 1. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde; 2010. p.56.

8. Porto Alegre. Lei n. 10.167, de 24 de janeiro de 2007. Estabelece, no Município de Porto Alegre, normas para o controle da comercialização de produtos alimentícios e de bebidas nos bares e nas cantinas das escolas públicas e privadas e dá outras providências. Diário Oficial do Município 26 jan. 2007.

9. Rio Grande do Sul. Lei n. 13.027, de 16 de agosto de 2008. Dispõe sobre a comercialização de lanches e de bebidas em escolas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Diário Oficial do Estado 16 ago. 2008.

10. Rio Grande do Sul. Decreto nº 54994, de 17 de janeiro de 2020. Regulamenta a Lei nº 15.216, de 30 de julho de 2018, que dispõe sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes e hipertensão em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado 20 jan 2020.

11. Giacomelli SC, Londero AM, Benedetti FJ, Saccol ALF. Comércio informal e formal de alimentos no âmbito escolar de um município da região central do Rio Grande do Sul. *Braz. J. Food Technol*, Campinas, 2017; V.20.

12. Wognski ACP, Ponchek VL, Dibas EES, Orso MR, Vieira LP, Ferreira BGCS, et al. Commercialization of food in school canteens. *Braz. J. Food Technol.*, 2019. v.22.
13. Gabriel CG, Santos MV, Vasconcelos FAG, Milanez GHG, Hulse SB. Cantinas escolares de Florianópolis: existência e produtos comercializados após a instituição da Lei de Regulamentação. *Revista de Nutrição*, 2010;23(2):191-199.
14. Gabriel CG, Vasconcelos FAG, Andrade DF, Schmitz BAS. First Law regulating school canteens in Brazil: evaluation after seven years of implementation. *Archivos latinoamericanos de nutrición*, 2009;59(2):128-38.
15. Santa Catarina. Lei n. 5.853, de 4 de junho de 2001. Dispõe sobre os critérios de concessão de serviços de lanches e bebidas nas unidades educacionais localizadas no Município de Florianópolis. *Diário Oficial do Município* 5 jun. 2001.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2015/IBGE. Rio de Janeiro; 2016. p.32.
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde; 2014. p.156.
18. Machado CO, Hofelmann DA. Cantinas de escolas estaduais de Curitiba/PR, Brasil: adequação à lei de regulamentação de oferta de alimentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2019. v.24, n.10, p.3805-3814.
19. Vieira DA, Castro MA, Fisberg M, Fisberg RM. Nutritional quality of dietary patterns of children: are there differences inside and outside school? *Journal Pediatric*, 2017;93:47-57.
20. Martinez-Ospina A, Sudfeld CR, González SA, Sarmiento OL. School Food Environment, Food Consumption, and Indicators of Adiposity Among Students 7-14 Years in Bogotá, Colombia. *Journal of School Health*, 2019;89(3):200-209.
21. Teo CRPA, Corrêa EN, Gallina LS, Fransozi C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação

e condições de distribuição de alimentação na escola. *Nutrine SBAN* 2009; 34(3):165-185.

22. FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. *FAO School Food and Nutrition Framework*, Rome, 2019.

23. Silva CC. Cantina escolares. In: Boccaletto EMA, Mendes RT, organizadores. *Alimentação, Atividade Física e Qualidade de Vida dos Escolares no Município de Vinhedo/SP*. Campinas: Ipes Editorial; 2009, p. 47-56.

24. Noll PReS, Noll M., de Abreu, LC, Baracat EC, Silveira EA, Sorpreso ICE. Consumo de alimentos ultraprocessados por adolescentes brasileiros em refeitórios e alimentação escolar. *Scientific Reports* 2019; 9, 7162.

25. Organização Pan-Americana da Saúde. *Plano de ação para a prevenção da obesidade em crianças e adolescentes (OPAS/OMS)*. Washington – D.C; 2014. p. 36.

26. Leis R, de Lamas C, de Castro MJ, Picáns R, Gil-Campos M, Couce ML. Effects of Nutritional Education Interventions on Metabolic Risk in Children and Adolescents: A Systematic Review of Controlled Trials. *Nutrients*, 2019;12(1):3